



# Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1975  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Mauricio Fruet.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Del Ciel, Fabiano Braga Crottes, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO:**

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Américo Seneguin, ocorrido na cidade de Santo Inácio, onde residiu durante muitos anos, tendo tido ativa participação no desenvolvimento daquele município e onde desempenhava atualmente importante papel na vida política de Santo Inácio, tendo sido o último Presidente do Diretório Municipal da Arena naquele Município.

Requer ainda, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, residente em Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer à Casa, após ouvido o plenário, seja ins-

crito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geronimo Turcarto, ocorrido na cidade de Mal. Cândido Rondon.

Pessoa radcada naquela cidade a longos anos, companheiro inseparável e de grande prestígio junto a todos os cidadãos rondonenses, deixa pelo seu falecimento, lacuna difícil de ser preenchida, pela sincera amizade que sempre dedicou a seus amigos.

Requer outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) WERNER WANDERER

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Sr. JOSÉ MARCHIORI, ocorrido na data de hoje, no município de Apucarana.

Outrossim, requer ainda, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Prefeito Pinto Dias, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, bem como aos Presidentes das Micro-Regiões, pela organização e sucesso alcançado no 1º Congresso de Prefeitos do Estado.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do plenário, afim de ser enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, as seguintes providências, com respeito ao homicídio de que foi vítima o Bacharel Aloisio Henriques, na cidade de Pato Branco:

1 - determinar a Secretaria de Segurança sejam oferecidas ao Delegado Atilio Fistarol - especialmente designado para acompanhar e presidir aquelas investigações - todas as condições materiais que se fizerem necessárias para apuração dos fatos;

2 - determinar sejam asseguradas as garantias necessárias às autoridades forenses da Comarca de Chopinzinho, para que fique restaurado o clima de confiança e ordem pública indispensáveis ao poder judiciário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme argumentação exposta em plenário, nesta data, que constam das notas taquigráficas da Casa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Ministério da Saúde e ao Governo do Estado, reivindicando a celebração de convênios - justos e legítimos - entre os Governos Federal e Estadual, com as Micro-Regiões homogêneas do Paraná, gerando condições para que as cidades polos possam instalar e fazer funcionar as suas SECRETARIAS DE SAÚDE, em escala, para atendimento das solicitações e necessário conforto que deve o Poder Público ao cidadão doente, carente, não identificado, enfim, o indigente.

É fundamental evitar o turismo dos indigentes ou necessitados doentes. É de absoluta necessidade para melhor atendimento, que o Poder Público preste a indispensável assistência, evitando compressões e excesso de demanda à Capital ou em determinado município particularmente.

Outrossim, solicitamos que seja encaminhado junto a este expediente, a íntegra do documento anexo, que traduz a experiência e clarividência administrativa do Sr. SILVIO MAGALHÃES BARROS, Prefeito de Maringá, que originou este requerimento ao apresentar as sugestões anexas, principalmente a constante do item SAÚDE, no Congresso de Prefeitos de Foz do Iguaçu, para fazer parte do Documentp "CARTA DE FOZ DO IGUAÇU", gerado pelas inteligências dos prefeitos paranaenses.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do plenário, requer seja endereçado ao Sr. Coordenador Regional do Incra no Paraná, veemente apelo no sentido de que o Instituto passe a intervir diretamente sobre o imóvel CHOPINZINHO - COLÔNIA BAIA - GLEBA 1, com a área de mais de 2.000 alqueires, sobre o qual residem mais de seiscentas famílias, para proceder em definitivo a titulação aos posseiros, como único meio de evitar-se conflito social.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

Conforme exposição oral efetuada em pronunciamento, nesta oportunidade, no plenário desta Casa, registradas em notas taquigráficas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário dos Recursos Humanos, Dr. Gastão de Abreu Pires, expediente contendo sugestões com referência ao sistema assistencial do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, IPE, considerando-se que aquele órgão está procedendo estudos a com vistas a reformulação de sua sistemática assistencial e outros, como segue:

O IPE não conta com órgãos de assistência próprios ou credenciados em outros estados da federação.

Ocorre que o funcionário pode necessitar de atendimento médico-hospitalar fora do Estado, pelos mais diversos motivos, estando em férias ou a serviço, e mais frequentemente, o funcionário inativo residente fora do Estado, cuja contribuição para o IPE continua a ser a mesma.

Nestes casos, o órgão previdenciário concede um reembolso de 70 por cento mas baseado em tabela de índices muito aquém dos preços que são cobrados.

Em certas situações, o reembolso atinge em relação ao custo real, uma margem irrisória de 10 a 15 por cento.

Esta tabela é a mesma do INPS, mas este órgão, por ser de âmbito federal pode, talvez, justificar tais índices, o que não acontece com o IPE.

Diante do exposto esta Casa formula a seguinte sugestão, com vistas à solução do afetivo problema:

a) Sejam procedidos estudos no sentido de que se elabore uma tabela de reembolso condizente com a realidade econômica brasileira, ou,

b) Celebre o IPE convênio com os institutos de previdência e assistência dos outros Estados, assegurando assistência recíproca aos funcionários que venham dela necessitar.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1975.

a) IVO THOMAZONI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, Francisco Borsari Neto, e ao Exmo. Sr. Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, no sentido de solicitar seja estudada a possibilidade de construção do prédio escolar em alvenaria de seis (06) salas de aula no distrito de Maripá, município de Palotina.

O efetivo progresso do distrito de Maripá e o pronto atendimento às solicitações governamentais quanto a produtividade atestam e justificam a construção desta unidade escolar, atendendo assim antiga e necessária reivindicação do povo local, que de há muito o faz por merecer.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1975.

a) WERNER WANDERER

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, que determine com a máxima urgência a volta das equipes de aplicadores de injeção do INPS, visto que as farmácias estão cobrando até Dez Cruzeiros por uma aplicação, tornando os contribuintes cada dia mais pobres.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer, após ouvir o plenário, seja encaminhado expediente ao SENADO FEDERAL e à CÂMARA DOS DEPUTADOS, contendo reivindicação desta Casa no sentido de que os Exmos. Srs. Senadores da República dispensem de comrpovação os financiamentos e empréstimos que se destinarem aos municípios para a aquisição de:

- 1 - ÁREAS
- 2 - EXECUÇÃO DE PROJETOS
- 3 - IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS
- 4 - Empréstimos para: EDIFICAÇÃO, MOBILIÁRIO EQUIPAMENTO DOS PRÉDIOS ESCOLARES,

Desde que amparados por Leis votadas pelas Câmaras Municipais.

Atualmente essa comprovação, contida nas Resoluções Senatoriais 58 79 e 52, constitui gravíssimo obstáculo ao efetivo desenvolvimento industrial das Comunidades Brasileiras, evitando a absorção da mão-de-obra qualificada liberada pelas Universidades e Faculdades localizadas no interior, bem como, a impossibilidade de atendimento amplo, extensivo a mão-de-obra operária.

Solicitamos que seja remetido junto ao expediente pretendido, o documento anexo, constando esta mesma sugestão, apresentada pelo Prefeito Silvio Magalhães Barros, no Congresso dos Prefeitos Paranaenses, realizado na cidade de Foz do Iguaçu. Ao propor a matéria, o Prefeito de Maringá justificou de maneira enfática e objetiva o assunto.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que este subscreve, requer ouvido o plenário, que se formalize expediente ao Governador Jayme Canet Junior, no sentido de que sejam implantados nos chamados Municípios Polos, Unidades da Corporação Militar que preside a atividade do CORPO DE BOMBEIROS, verdadeiramente equipados para atender não somente ao Município polo, mas também as Unidades Municipais integrantes da Micro-Região.

Outrossim, que sejam instalados sistemas de alarme utilizando-se os cabos da TELEPAR, ligando os bairros mais distantes às Sedes Municipais, bem como, interpenetrando-se o sistema de comunicação estadual entre os municípios, propiciando deslocamentos rápidos e eficientes no combate aos sinistros.

Solicitamos também a remessa do documento que ora anexamos, que contém a mesma sugestão, apresentada pelo inteligente e ousado Prefeito Silvio Magalhães Barros, de Maringá, no Conclave, que reúne todos os prefeitos paranaenses na cidade de Foz do Iguaçu. As razões apresentadas pelo Prefeito maringaense são óbvias, sem possibilidades de contraditar. A matéria está contida no tópico SEGURANÇA do documento anexo.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pelo presente, respeitosamente, vimos REQUERER a instalação de uma Agência do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ SA, no município de CAMPINA DA LAGOA, atendendo a um imperioso pedido da população dessa dinâmica região, que tem preferência em operar com as agências dessa conceituada e eficiente Rede Bancária.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) LÁZARO DUMONT.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Lê): "VOLTA A NOMES E VÁCUO DE IDÉIAS. (Artigo publicado pelo Jornal Estado de São Paulo)

Um dos mecanismos de sustentação dos mitos políticos é o culto dos nomes.

E sempre sobra um nome, quando faltam idéias, patrimônio e tradição política. Anteontem, 26 senadores (14 da Arena e

12 do MDB) deram sua contribuição inglória para que a política brasileira continue gorando em torno de quimeras e não de idéias, na votação para que se denominasse Presidente Vargas a Refinaria da Petrobrás a ser instalada no município de Araucária, no Paraná. Pobre memória nacional, já tão sacrificada pelo descaso público a que ficam entregues documentários e arquivos e pelo desprestígio propositado da pesquisa histórica, quando é ainda turvada pelas interferências despropositadas de políticos sem inovação e desatentos a uma sociedade que — felizmente — evoluiu bastante depois da morte do caudilho e ditador.

Obatismo de uma refinaria com o nome de Getúlio Vargas soa como usurpação — não se deve a ela e sim a ex-UDN — numa época em que o Congresso e os partidos tinham iniciativa legislativa — a lei que criou a Petrobrás, lei, diga-se de passagem, que enfrentou uma oposição nacional articulada por comunistas e afins. E Vargas jamais se alinhou com os liberais da UDN, preferindo sempre representar a farsa do populismo, um dos comprovados percalços históricos da evolução social e política do País.

Porque foi Getúlio Vargas que interrompeu, em 1930, a regeneração da vida política brasileira, ao desvirtuar a revolução que liquidou com a República Velha. Subiu na crista de onda do momento desencadeado em 1922, pelo tenentismo, para traí-lo com a ditadura, pouco depois da Revolução. Foi ele quem importou modelos estrangeiros de autoritarismo, para implantar em 1937, a mais negra e férrea ditadura que o Brasil jamais conheceu: suprimiu eleições, destituiu governadores, fechou jornais e torturou presos políticos, no mais genuíno e incontrovertido sentido da expressão.

Foi pertinente e extremamente oportuna a ironia do senador Jarbas Passarinho, dirigida aos que votaram pela aprovação da matéria: estavam entre eles "os cultores do Direito, que reclamam a todo instante o estabelecimento do Estado de Direito do País", que entretanto se esqueciam "da marcante figura do ditador Getúlio Vargas". Como também foi inacreditável o voto do Senador Luiz Vianna Filho, repassado de consternação por não poder seguir a liderança do colega baiano Ruy Santos:

"Passados vinte anos da morte daquele homem público, acredito que nada mais impede que nos associemos àquele desejo de uma Câmara de Vereadores do Paraná".

Inacreditável razão para um ex-udenista, biógrafo de homens públicos e com um hobby pela história.

Passaram-se certamente vinte anos. E menor não poderia ter sido o tempo necessário para que nós recuperássemos e com quantos sacrifícios e concessões, dos vícios deixados pela ditadura nas instituições: o filhotismo político, o empreguismo na administração e as pechas atiradas à representação popular. E já nos teremos recuperado de todo e de vez?

Não. Pelo menos enquanto não nos tivermos livrado de uma das pragas do famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a versão getuliana do Ministério de Goebbels: a de empanturrar de nomes a memória nacional, espalhando-os por ruas, praças, escolas, estradas e hospitais; e de querer substituir o juízo da história pela manipulação da propaganda. E ainda não, pelo menos enquanto deputados e senadores oposicionistas, que cantam em prosa e verso a "revolução pelo voto", de novembro de 1974, se alinharem oportunisticamente na homenagem a quem, no seu legado, deixou a frase constrangedora em toda e qualquer democracia: "voto não enche barriga".

Na Argentina, e lá se vão muitos anos, um nome enfeudou a política, paralisando, ainda hoje, a criatividade social.

No Brasil, explorou-se um cadáver e uma carta-testamento e se intentou mergulhar toda a consciência nacional num complexo de Édipo político, que acirrou ódios fraticidas e fez campear a irracionalidade fabricadora de falsos heróis. Podem os políticos zombar da opinião, esquecer a continuidade de suas aspirações (1922, 30, 32, 45, 1964) e desfazer as alianças ao sabor

de seu imediatismo. Mas, o infantilismo, pelo menos este, a opinião não lhes permitirá exumar."

Era o pronunciamento que eu desejava fazer, Sr. Presidente sem comentários.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A nossa presença na tribuna na tarde de hoje é para apresentar um requerimento que submetemos à apreciação da Casa. (Lê):

#### "REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional — CTRIN —, estabeleceu instruções específicas para a compra do trigo da atual safra.

Ocorre, entretanto, que ela foi baseada em condições normais, não estando previsto o fenômeno da geada, que prejudicou seriamente não só a produção, mas principalmente a qualidade do produto.

A pequena quantidade de trigo que vem sendo colhida não alcança o padrão exigido pela CTRIN, isto é, com o peso hectolítrico de 65.

Assim, considerando que os efeitos da geada, foram as causas principais do baixo padrão de HP (peso hectolitro);

Considerando também que a comercialização do trigo é feita exclusivamente através de órgão oficial;

Considerando ainda o interesse do governo em procurar diminuir sobre todas as formas os efeitos danosos da geada;

O Deputado que o presente subscreve, propõe o envio de ofício ao Exmo. Dr. Alysson Paulinelli, DD Ministro da Agricultura, sugerindo que, em caráter excepcional, a CTRIN receba trigo da presente safra com o peso hectolítrico inferior a 65.

Entendemos que a medida ora proposta evitará que o trigo paranaense ora colhido fique sem comercialização, acarretando ainda mais prejuízos aos tricultores. O mal ainda se agravará, quando existe o risco do produto cair marginalizado nas mãos de especuladores inescrupulosos, que poderão transformar em sementes de péssima qualidade e baixo teor germinativo.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não só a geada afetou de maneira considerável a produção de trigo paranaense, principalmente no Norte do Estado, como a longa estiagem que estamos vivendo, está concorrendo para diminuição da safra de trigo.

Estimava-se, após as geadas, uma quebra de 50 a 60 por cento, na safra de trigo. Mas, hoje, baseando-se na região Norte, podemos dizer que se a estiagem se prolongar por mais alguns dias, teremos, fatalmente, uma quebra de 100 por cento na safra de trigo.

Alguns produtores já estão comercializando seu trigo. Mas, esse trigo prejudicado que foi pelas geadas, não apresenta seus grãos sadios e seu peso hectolitro está inferior àquele estabelecido pela CTRIM.

Razão pela qual esse trigo não terá comprador; ou terá que ser entregue ao especulador para ser vendido como semente.

O Governo, através da Secretaria de Agricultura, está movendo gestões no sentido de fazer importação de sementes. Mas tudo isso será ainda pouco em virtude da grande demanda que iremos ter.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que apresentamos esta sugestão para que a CTRIM, através de seu órgão competente, receba o remanescente do trigo paranaense, mesmo que ele não tenha grãos perfeitos, ou não tenha seu peso hectolitro nas condições que a CTRIM prevê.

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo hoje a tribuna para me queixar e requerer à Secretaria de Segurança Pública do Estado, uma viatura para atendimento da Delegacia de Polícia de minha cidade.

Por incrível que pareça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha cidade, um dos maiores municípios do Norte Pioneiro, contando a urbe com aproximadamente 25 mil habitantes; uma extensão geográfica de aproximadamente 3 ou 4 quilômetros quadrados, além de dois distritos judiciários, dois povoados que distanciam de 5 a 22 quilômetros, esta é a composição da estrutura do Município de Santo Antonio da Platina.

Não obstante, a Delegacia de Polícia existente naquela localidade, ser uma das piores e das mais esquecidas por todos os governos que já passaram por este Paraná. Há mais de um ano, os policiais não têm uma viatura para atendimento aos problemas que lhes estão afetos.

E sentimos, a cada dia que passa, o esquecimento do Governo em correspondência suas obrigações administrativas, elas se avolumam a todo instante. O Paraná está abandonado. O Paraná está esquecido. O Paraná não está sendo bem governado.

Oxalá S. Exa. o Exmo. Sr. Governador tome medidas, principalmente as medidas carentes de resoluções urgentes como é o caso da Delegacia de Santo Antonio da Platina e tantos outros municípios do Estado, que clamam a presença da administração estadual.

Por isso mesmo, vou encaminhar à Mesa Requerimento acompanhado de justificativa, para que, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício à Secretaria de Segurança.

O requerimento está vasado nos seguintes termos. (Lê):

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei e após ouvido o plenário,

Requer se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, solicitando em medida de urgência a concessão de uma viatura, para os serviços da Delegacia de Polícia de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Santo Antonio da Platina, uma das mais importantes cidades do Norte Pioneiro deste Estado, com uma população de mais ou menos cinquenta mil habitantes, a sua delegacia de polícia a mais de um ano, não possui uma viatura sequer para os serviços de manutenção da ordem, na minha cidade. Se houver fatos que exijam a presença da polícia dificilmente essa presença se fará em tempo oportuno, porque de um extremo ao outro, levaria o policial a ser submetido a demoras imprevistas, quando para algum caso fosse chamado; por isso mesmo, tem havido inúmeros fatos de ocorrências policiais que felizmente por ser de pequeno porte, a polícia deixa de ser chamada, pois esse chamamento não teria condições de se concretizar.

A minha cidade, possui dois distritos e dois povoados, onde seus habitantes ficam à mercê de não contar com a atividade do dispositivo policial na oportunidade em que os mesmos devam ser chamados. Daí o motivo de nossa solicitação ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, de forma urgente, antes mesmo que, por falta simplesmente de meio de locomoção dos policiais para atendimento de fatos mais graves, não ocorram acontecimentos que possam denegrir o órgão diretor administrativo dos serviços de Segurança de nosso Estado.

Nos últimos tempos, muitas ocorrências tem acontecido, e que entre outras carência de meios e recursos existentes na Delegacia de Polícia daquela localidade, se destaca a falta de disponibilidade de pelo menos uma viatura para os serviços de emergência que se registra em pequeno ou médio porte, quase que constantemente, sem que a polícia tome pelo menos conhecimento".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compareço hoje a tribuna para trazer à Casa, o relato de um fato lamentável ocorrido no último dia 12, na cidade de Pato Branco, quando foi violentamente assassinado um advogado e ex-Promotor militar, Bacharel Aluisio Henriques.

A imprensa, até nacional, se preocupou com esse crime, pelas circunstâncias em que ele ocorreu, pela violência e pela brutalidade desse crime. A própria Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, solicitou a Procuradoria do Estado a designação de um Promotor especial para acompanhar as investigações do processo, que visa o esclarecimento dos fatos.

Por outro lado, a Secretaria de Segurança já designou um Delegado especial para proceder as investigações. Todavia, pelo que estamos informados, não dispõe de meios materiais necessários e suficientes para levar a cabo essa importante missão.

Em nota distribuída a imprensa a firma madeireira Passo Liso Ltda, por seu titular Sr. Ravilson Chemin, da cidade de Irati, esclarece à opinião pública que "aquela empresa nada tem a ver com o caso" em que pese as implicações que existem com a vítima.

Ainda na imprensa, pessoas ligadas à vítima, esclarecem algumas circunstâncias que levam, de plano, a se acreditar, realmente, que foram pistoleiros de aluguel que mataram o advogado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não pretendo tomar partido entre os grupos que se digladiam no Sudoeste em serem do Sudoeste, mas o fato é que a morte deste jovem advogado, em pleno centro da cidade de Pato Branco, em plena luz do dia, não pode ficar ignorado por quem pretende representar a região, e sabe que, se providências enérgicas não forem tomadas, essa morte será, apenas, o marco inicial de um verdadeiro conflito social, a ser desencadeado naquela região.

Para chamar a atenção das autoridades responsáveis é que levanto a minha voz e clamo o consenso dos meus nobres pares, a fim de que o clima de intranquilidade e de insegurança que até hoje reina no Sudoeste, não enseje uma triste estatística de mortes e violências.

Até o momento não se capturaram os assassinos. Portanto, apenas conjecturas podem ser tiradas. Não podemos, pois, afirmar se, realmente, a morte se verificou por questões de terras, por ser ignorada a sua autoria. Tudo o que se pode dizer são meras suposições. Se suspeitas surgiram até na imprensa, se outros tiveram a preocupação de informar a opinião pública, de nossa parte queremos chamar a atenção das autoridades para o que pode significar essa morte se não desvendada a sua autoria, e possivelmente, a mando de quem foi perpetrada. Tais fatos, evidenciam apenas, a intranquilidade existente.

É possível que a morte do jovem advogado e ex-promotor militar, nada tenha que ver com o imóvel Sulina no município de Chopinzinho, porém as repercussões e consequências desse fato criminoso, afetaram sensivelmente a comarca de Chopinzinho, pelas vinculações que lá tinha a vítima e porque a opinião pública assim o considera.

Quero ter a preocupação de dizer, que não estou vinculando a morte desse advogado a litígio de terras, mas também não

posso deixar de relatar a situação que se criou na comarca de Chopinzinho em função exclusiva dessa morte, pois lá estive pessoalmente conversando com as autoridades forenses e pude aquilatar e avaliar o clima de insegurança e intranquilidade existente, especialmente pelas autoridades que tinham ligações e vinculações de ordem forense e judiciária com esse advogado e com o imóvel a que ele se vinculava na Comarca de Chopinzinho,

Seria necessário, num breve relato, que a Casa fosse informada do histórico da situação desse imóvel conhecido como Sede Sulina.

Aquelas terras, mais ou menos dois mil alqueires, originalmente eram da União e foram titulados à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que foi sucedida pela BRAVIACO. Essa titulação em 1930 e 31, pelo interventor Manoel Ribas, foi anulada porque a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande não deu cumprimento à obra a que se havia comprometido, qual seja construir uma estrada de ferro no Estado do Paraná.

Em 1962, o Governo do Estado, então Governador Moysés Lupion, por um simples levantamento aerofotogramétrico, passou a titular aquelas terras e assim passaram a co-existir dois títulos. Um proveniente da titulação da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, posteriormente anulada pelo Governo do Estado, mas que continua ainda registrada no Registro de Imóveis da Região e o outro expedido pelo Governo do Estado do Paraná, além da existência de posseiros sobre a área.

Em 1965, numa medida salutar e justa, o Governo do Estado do Paraná, para evitar conflito social, desapropriou a área e quatro anos mais tarde e incompreensivelmente, o próprio Governo do Estado desistiu da desapropriação. Mas nesse intermédio entre 65 e 69, a região foi praticamente invadida por posseiros. O Estado, levando as mãos, desapropriando depois desistindo da desapropriação, deixou o conflito, agravar-se mais porque, além dos dois títulos de domínio, sobre a área ingressaram os posseiros; ações judiciais, intervenção policial, conflitos dos mais diversos formaram um verdadeiro conflito social em Imóvel Sulina, o que serviu até de idéia básica, do tema central de uma novela da televisão brasileira, que foi conhecida como CAVALO DE AÇO.

A grande verdade no entanto, é que a rica reserva de pinhais, mais de 50.000 pinheiros, foi devastada pelos diversos grupos que sobre a área, com aparato policial, com interferência política e sempre com muita influência, conseguiram retirá-los da área, ficando apenas a terra e mais de 500 famílias sem segurança alguma.

Efetivamente, a responsabilidade do Estado do Paraná como pessoa jurídica está muito bem caracterizada. Desapropriou, para uma solução, para encontrar uma solução social; desistiu da desapropriação. Mas o que é mais lamentável é que no pagamento das terras começou a surgir discriminações no próprio preço, na própria desvalorização das terras.

Apenas para relatar aos Srs. quando o Estado desistiu desta desapropriação no 5º Tabelionato VOLPI, desta cidade, lavrou-se um documento que não preliminar, precedente jurídico no Brasil, desta escritura de desobrigação que o Estado do Paraná fez com alguns titulares daquela área.

A verdade é que o problema não foi resolvido e a única solução possível hoje, na área, é a titulação pelo INCRA, como aliás vem sendo feito com imóveis vizinhos.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminharei à Mesa um requerimento e peço a aprovação dos Srs. Deputados, para que se solicite do IBCRA a interferência a fim de que aquela área seja titulada aos posseiros, e se for necessário, uma apropriação ou título. Que o INCRA trate do problema.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fato da morte do advogado em Pato Branco que ainda não se sabe quem praticou este crime mas que, pela evidência, pela maneira como foi cometido tudo está a indicar tenha sido praticado por pistoleiros profissionais — repito mais uma vez aqui, não queremos atribuir,

longe disso, a quem quer que seja — deve-se ao fato, às vinculações que este advogado mantinha com o imóvel, o foi, na opinião pública do Sudoeste, isto é, de que aquele rapaz foi assassinado porque tinha alguns interesses naquela área. Dezenas de vítimas dezenas de mortes em função daquele imóvel estão ocorrendo no Sudoeste. Mesmo que amanhã ou depois, ao se desvendar este crime ocorrido em Pato Branco venha a se constatar de que não existiu vinculações com o Imóvel Chopinzinho e Imóvel Sulina, assim mesmo têm fundamento as nossas palavras, a nossa pretensão, porque vemos que através da opinião pública está formado realmente o conceito de que a morte ocorreu em vista daquele advogado ter vinculações com posseiros, enfim, ter interesses dentro do imóvel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, militei por 10 anos como advogado na comarca de Chopinzinho, e ao visitar aquela comuna, após a ocorrência destes fatos, aos quais as autoridades judiciárias de Chopinzinho e de Pato Branco têm responsabilidade de apurar os fatos, julgarem estas cauxas, constatei que elas estão inseguras e recebi afirmações de juizes e de promotores e advogados que, na primeira oportunidade, pedirão a remoção daquela comarca. A própria população, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está comentando que tudo isto pode significar uma verdadeiras guerras, entre os grupos que se degladiam e comentaram que várias cabeças mesmo estão a prêmio. Repito, não estou atribuindo a ninguém a morte deste advogado, a mandado, muito menos que tenha sido por quem tem vinculação ou interesse no imóvel Sulina, porém, o vínculo que aquele advogado tinha até com interesse dele próprio no próprio imóvel Sulina faz com que todos no Sudoeste acreditem tenha sido a causa que determinou a sua morte. Daí a necessidade até para segurança dos interesses do imóvel Sulina, que este crime seja descoberto de imediato, que seja punido o culpado, para que não fiquem suspeitas, dúvidas e injustiça a quem tem interesse no imóvel Sulina. É até perigoso, porque juizes e promotores, como eu disse, têm receio natural do que se revista uma morte por pistoleiros de aluguel, um homem que tenha vinculação de ordem profissional numa causa. Finalmente, este crime foi cometido em Pato Branco, e aqui neste caso, o mais lídimo representante daquela região, o nobre líder do Governo, pode bem afirmar as nossas palavras, de que não envolve gente de Pato Branco nesta história, porque lá, graças a Deus, não existem pistoleiros profissionais. Tem que ser devidamente esclarecido, para que a opinião pública seja informada para se certificar de que Pato Branco foi palco por fatalidade, de um homicídio violento como este, mas nada que aconteceu tem a ver com o povo de Pato Branco e com a nossa cidade. Faço um apelo ao Governador do Estado, que determine ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para que forneça todos os meios materiais necessários e os recursos suficientes a fim de que o delegado especial em tão boa hora designado pelo Sr. Secretário de Segurança Pública possa levar a cabo esta missão difícil e espinhosa de prender criminosos e restaurar a tranquilidade principalmente de nossas autoridades judiciais e restabelecer, então, o clima de confiança em que o nosso povo tem naquela região. Por outro lado, Sr. Presidente, deixo meu voto de confiança no delegado Atilio Fistarol, nomeado, bem como no promotor especial designado pelo Procurador, Dr. Carlos Miranda, pessoas, cuja isenção e enorme capacidade profissional estão à altura de desvendarem este fato e ajustiça será feita.

Faltam apenas os meios materiais suficientes; para isto endereçamos um apelo ao Sr. Governador do Estado, para que no interesse da Justiça e da ordem pública, e principalmente, para evitar uma guerra entre grupos que se desencadeiam no Sudoeste, seja de vez e de imediato, esclarecido este crime que passados praticamente 15 dias da sua ocorrência não se tem notícia de quem tenham sido os autores.

Agradeço aos Srs. Deputados, a atenção, e solicito que os requerimentos que envio à mesa, um no sentido de que o IN-

CRA intervenha na área; o outro, no sentido de pedir a colaboração e interferência do Governador do Estado, sejam aprovados por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença hoje, nesta tribuna, é com a finalidade de darmos uma satisfação a respeito de nossa missão em Foz do Iguaçu, representando o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Eu, juntamente com o Deputado Werner Wanderer e Fidelcino Tolentino fui a Foz do Iguaçu, na última quarta-feira, onde permanecemos até o final do Congresso de Prefeitos do Paraná, sábado.

Estiveram também em Foz do Iguaçu, os Deputados Jorge Sato, Accioly Neto, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Alfredo Gulin, Egon Pudell, Aguinaldo Pereira Lima e Dácio Leonel. Nós, que participamos do Congresso ativamente como representantes desta Assembléia, tivemos a oportunidade inclusive, de funcionarmos como observador, junto às várias comissões técnicas instituídas naquele Congresso, para que se fizesse Redação Final, no sábado, da Carta de Foz do Iguaçu.

Gostaria de dizer aos meus nobres pares, que realmente o Congresso foi um sucesso total, uma vez que tivemos um trabalho intenso da manhã até altas horas da madrugada, dando conta que os prefeitos do Paraná, se encontram hoje em um nível de conscientização administrativa, exemplar. Isso é tanto verdade, Sr. Presidente, que quase a totalidade dos Srs. Prefeitos, em número superior a 220, e os demais que não compareceram, mandaram seus representantes, participarem daquele conclave. Gostaria, nesta oportunidade, para que constasse dos Anais da Casa, de fazer um breve retrospecto da Carta em Foz do Iguaçu, o documento máximo aprovado naquela cidade e que dá conta das reivindicações sérias, ponderadas que foram feitas e serão enviadas aos Escalões Superiores, da República e do Governo do Estado.

A Carta, em termos gerais, está vasada nos seguintes termos: (Lê):

### “CARTA DE FOZ DO IGUAÇU”

nos seguintes termos:

#### 1 — Problemática financeira municipal

— Considerando que o município brasileiro está vivendo dias de incertezas e angústias, envolvido por crise financeira sem precedentes em nossa história;

— considerando que a crescente delegação de novos serviços e funções aos municípios, sem a correspondente entrega de fontes tributárias ou recursos transferidos, pode ser apontada como uma das causas dessa situação de penúria e dificuldades;

— considerando que é preciso inverter a excessiva centralização de rendas a fim de evitar, não só o processo de descapitalização dos municípios, como também para dar condições ao Governo local de enfrentar o fenômeno de urbanização das comunidades brasileiras;

— considerando que o progressivo endividamento dos municípios, através de empréstimos aos diversos órgãos do Governo Central, atesta a anemia da receita municipal;

— considerando que assim é, urgente reformular o esquema de distribuição dos recursos públicos.

Os Prefeitos dos municípios do Estado do Paraná, reunidos em Foz do Iguaçu, tendo estudado e debatido amplamente o problema da escassez de recursos do governo local no Brasil, fazem as seguintes recomendações:

#### 1) — Fundo de participação dos Municípios:

1.1 — Que a quota de participação dos municípios seja aumentada, sendo a distribuição feita sob os seguintes critérios:



a) a metade automaticamente distribuída, pelo atual critério de população;

b) a outra metade proporcionalmente à produtividade do sistema tributário local.

1.2 - Que sejam diminuídas as vinculações atualmente existentes, mantendo-se somente aquelas de alta prioridade nacional, periodicamente revisadas.

2) - Contribuição de melhoria:

2.1 - Que seja revogado o Decreto Lei 195/67.

2.2 - Que sejam modificados os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional no sentido de permitir ao município legislar mais especificamente sobre os tributos adequando-os às peculiaridades locais.

2.3 - Que seja estimulada a utilização da contribuição de melhoria pelo município, inclusive tomando-se em conta a sua aplicação na apuração da produtividade tributária local, mencionada no item 1.1. b.

3) - Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias:

3.1 - Que seja aumentada a participação dos municípios no fundo do ICM de vinte por cento para trinta por cento. De outro lado, as reduções, isenções e incentivos do ICM não devam atingir a quota dos municípios. Em caso contrário, a União ou os Estados compensarão os municípios pela perda havida.

3.2 - Que o Estado adote mecanismos que permitam ao município uma fiscalização mais efetiva sobre a circulação de produtos e mercadorias sujeitas ao ICM.

4) - Taxa Rodoviária Única:

4.1 - Que a "TRU" seja transferida para o município, mantendo-se o lançamento e a arrecadação pela União mas destinando-se oitenta por cento de sua arrecadação ao município, proporcionalmente ao número de veículos licenciados ao respectivo território.

5) - Imposto Único sobre Minerais, Energia Elétrica, Combustíveis e Lubrificantes:

5.1 - Que sejam aumentados os percentuais destinados ao município de arrecadação de tais tributos.

5.2 - Que cinquenta por cento das quotas recebidas pelos municípios de cada um destes impostos constitua um fundo único municipal, destinado às despesas de capital sem vinculações setoriais.

5.3 - Que os outros cinquenta por cento das quotas de cada um destes impostos, recebidos pelos municípios numa mesma micro-região, constitua um fundo micro-regional, destinado a despesas de capital, sem vinculações setoriais, em programas de interesse comum.

6) - Imposto de Transmissão:

6.1 - Que o produto da arrecadação do imposto seja dividido igualmente entre o Estado e o município da localização da propriedade que gerou o imposto.

7) - Imposto sobre Serviços:

7.1 - Que se liberem as restrições legislativas federais que cercam o Imposto sobre Serviços\* (Revogação dos tetos das alíquotas; elaboração da lista de serviços somente para os casos de surgimento de conflitos de competência com a União e Estados; revogação das isenções existentes, especialmente a do artigo 11, do decreto-lei 406/68).

8) - Imposto Predial e Territorial Urbano:

8.1 - Que seja permitido às pessoas físicas o abatimento na renda bruta, declarada para efeito de lançamento do imposto sobre a renda, do valor pago a título de Imposto Predial e Territorial Urbano, a exemplo do que ocorre com as pessoas jurídicas.

8.2 - Que o município legisle no sentido de creditar, diferenciadamente, em função da capacidade tributiva, dos proprietários de imóveis.

9) - Certidão Negativa:

9.1 - Que se exija do contribuinte do Imposto de Renda a juntada à declaração anual, de renda, de certidão negativa de tributos municipais, bem como apresentá-la quando das relações com os órgãos públicos e aos estabelecimentos de crédito por ocasião de suas operações.

10) - Dívida Ativa Tributária:

10.1 - Que o Poder Judiciário conceda toda a prioridade às ações de cobrança das dívidas provenientes de tributos.

11) - Benefícios Fiscais:

11.1 - Que a União cesse de conceder benefícios (isenções, créditos presumidos, reduções da base de cálculo, anistias, remissão, etc), sobre os impostos que comportam transferência do encargo fiscal, principalmente aqueles diretamente ligados com os municípios.

12) - Loteria Esportiva:

12.1 - Que sejam devolvidos aos municípios, dez por cento do total bruto arrecadado nos mesmos pela Loteria Esportiva, administrada pela Caixa Econômica Federal devendo ser a devolução efetivada dentro de trinta dias.

13) - Juros de financiamento para obras públicas:

13.1 - Que sejam reduzidos os juros exigidos pelas entidades financeiras oficiais, nos contratos firmados para execução de programas municipais de interesse social.

II - Municipalização do ensino.

Considerando que a Lei federal nº 5692/71 prevê em seu texto a passagem progressiva aos municípios dos encargos educacionais relativos ao ensino de 1º grau;

- Considerando que, entre nós, tal passagem vem sendo efetuada com a utilização das mesmas instalações da rede pré-existente, obrigando a permanência do aluno na escola por um período no mínimo igual ao dobro do anterior;

- Considerando igualmente que essa permanência acarreta a superlotação das unidades escolares, dificultando o ingresso de novos alunos na 1ª série, obrigando o município a efetuar investimentos em volumes superior ao de suas possibilidades, na vã procura de atender a demanda de vagas;

- Considerando que, os ônus, a extensão da obrigação do município para um atendimento de oito anos acarreta uma maior complexidade do processo educacional, com seu encarecimento, chegando a quintuplicar o custo "per capita" nas últimas séries;

- Considerando, finalmente, que essas dificuldades tem frequentemente determinado uma redução do índice de escolarização da população dos 7 aos 14 anos, de nosso Estado, fundamental em seu atual estágio de desenvolvimento, os prefeitos dos municípios do Paraná fazem as seguintes recomendações:

1) - Problemas do Ensino de 1º Grau:

1.1 - Municipalização do Ensino de 1º Grau:

1.1.1 - A passagem gradativa de encargos relativos ao ensino de 1º grau para a esfera municipal prevista na Lei número 5692/71, deve ser precedida de elaboração de um plano global pelo Estado e municípios.

1.1.2 - Tal plano deverá ser iniciado por uma fase diagnóstica indispensável para a avaliação de sua viabilidade.

1.1.3 - Em tal plano, deverão ser decididas minuciosamente as diversas etapas previstas para essas transferências, estimando seu custo e indicados os recursos que, em contrapartida, devam ser concedidos aos municípios.

1.1.4 - É essencial que, no cálculo dos custos, não se limite o plano ao levantamento dos ônus diretos, mas busque mensurar igualmente os ônus trazidos às comunas pela retração da atuação estadual que se vem observando que em certas regiões e que tem onerado o município, obrigando-o a aumentar a taxa de expansão de sua rede escolar frequentemente acima de suas possibilidades.

1.1.5 - Após a fase diagnóstica de avaliação, a etapa de

proposições deverá considerar a situação de cada município, para o estabelecimento de convênios individuais que, baseados na real situação e possibilidades, permitam tornar viável a municipalização.

1.1.6 - Para esse feito, a Associação dos Municípios do Paraná, as Associações Micro-Regionais e cada um dos municípios se dispõem a colaborar com os órgãos competentes no sentido de tornar possível, no menor prazo, a realização do diagnóstico, essencial para o progresso do plano de municipalização.

1.2 - Obtenção de novos recursos:

1.2.1 - Recomendamos igualmente os prefeitos, que se dinamizem os mecanismos de captação de recursos das áreas estadual e federal para programas educacionais, quer para investimentos, quer para despesas de custeio, única forma de se permitir a universalização, da oferta de vagas à população de 7 a 14 anos, indispensável para o desenvolvimento.

1.2.2 - Sugerem os prefeitos a busca de novas soluções como a criação de condições especiais de financiamento com juros zero ou mesmo negativos - bem como a destinação de recursos para aplicações sem retorno, para tais programas educacionais, especialmente para despesas com a manutenção escolar, parcela mais significativa do custo de educação. A distinção do fundo especial constante do artigo 25, inciso III, da Constituição Federal permitiria, a curto prazo, iniciar a obtenção de recursos.

1.3 - Correção de Problemas Urgentes:

1.3.1 - Em relação à situação atual, é fundamental um urgente levantamento da situação de cada município e de suas relações com o Estado nos programas de ensino, para a busca de soluções que devam ser adotadas, como as mais convenientes, de forma provisória, até o estabelecimento do plano, corrigindo eventuais situações mais graves.

1.3.2 - Outrossim, há necessidade imediata de que o Governo do Estado socorra com seu auxílio os munerosos municípios que, em virtude de obrigações que lhe foram transferidas sem o devido estudo, não tem condições para a simples manutenção dos programas.

1.3.3 - Acrescente-se, ainda a implementação da assistência técnica no setor do planejamento educacional, para a capacitação das estruturas municipais às novas atribuições, previstas já na legislação.

2) - Preocupação quanto ao Ensino de 2º Grau e Superior:

2.1 - Preocupam-se os prefeitos do Paraná com a necessidade de assegurar o fluxo escolar, do 1º grau ao curso universitário. Essa necessidade, que extrapola a atuação das comunas, deve assegurar, nas regiões de maior desenvolvimento do Estado, desprovidas de escolas superiores, a permanência de seus estudantes na micro-região até o final de seus estudos, voltado para suas necessidades e o seu mercado de trabalho.

III - Interiorização da economia e processos de industrialização.

Considerando a imperiosa necessidade do desenvolvimento de todas as regiões do Estado, no afã de possibilitar que os seus benefícios atinjam às camadas populacionais, assegurando o bem estar do homem, que é a meta fundamental de todos os governos.

- Considerando que se torna imperioso impedir o empobrecimento da economia do Estado, especialmente visando a evitar que se evada a poupança oriunda das matérias extrativas, mediante critérios racionais e dinâmicos de estímulo às suas potencialidades, segundo as tendências da economia de cada região.

- Considerando que o Paraná situa-se como a unidade federativa responsável por vinte por cento da produção agrícola do país, urgindo acelerar o crescimento, o fortalecimento econômico de cada região, para que o Estado cresça harmonicamente no seu todo, incentivando-se as atividades dos municípios e regiões com adequados estímulos.

- Considerando que essas possibilidades somente poderão prosperar, com o estabelecimento de um plano ordenado, equili-

brado e inteiramente voltado para o fortalecimento das regiões:

Os prefeitos dos municípios do Paraná, reunidos em Foz do Iguaçu, recomendam:

Que se adote um planejamento global do desenvolvimento da economia, atendendo aos válidos reclamos da interiorização econômica, mediante projetos que atendam as vocações de cada comuna ou região, estabelecendo-se os polos industriais com suficiente amplitude que permita o aproveitamento de sua matéria prima, enviando-se para isso, todos os esforços do aparelhamento técnico-administrativo do Estado de modo a se equacionar os problemas, recursos e tendências de cada região, segundo sua capacidade e vocação.

Que os polos industriais resultantes deste trabalho de definição do Estado, mereçam o atendimento do Governo, particularmente no sentido de fortificar a infra-estrutura existente nas regiões, intensificando-se os recursos existentes nos aspectos relacionados com energia elétrica, sistema viário, comunicação e água que adotando-se uma estratégia, conduza a um desenvolvimento harmônico.

Para implementar esses propósitos, sugerem os prefeitos a adoção das seguintes medidas:

A Nível Municipal:

1.1 - Tentar pensar em termos sub-regionais, "de baixo para cima", não esperando apenas as classificações federais ou estaduais, mas tomando a iniciativa de entender quais são as interrelações possíveis entre municípios vizinhos e promovendo as maneiras de integração.

1.2 - Identificar os problemas, os recursos e as vocações de sub-região, de modo a poder, para cada município reivindicar um tipo de desenvolvimento harmonioso em relação ao seu conjunto.

1.3 - Entender que a economia pode ser desenvolvida de diversas formas, que incluem o primário e o terciário e não só o secundário.

1.4 - Planejar a economia levando em conta que já há um caminho lógico na tradição do município e que o bom senso indica em muitos casos que tomá-lo e explorá-lo é a melhor solução. Pensar na agro-indústria e nas indústrias complementares, segundo esquemas de polarização e de hierarquias urbanas.

1.5 - Pensar em conjunto em quais os instrumentos que podem ser implementados para a redistribuição de recursos em uma mesma região, evitando-se os desequilíbrios do gênero círculo vicioso: Município pobre fornece mão-de-obra e matéria-prima - município com mais oportunidades se industrializa - atrai mais mão-de-obra - fica com problemas urbanos agravados - exige, mais recursos - empobrece mais os mais pobres. Isto poderia ser corrigido se fossem atribuídos papéis complementares ao conjunto, se esse decidisse quanto a uma aplicação equitativa das rendas decorrentes de desenvolvimento da sub-região.

1.6 - Solicitar ao Governo estadual subsídios para seus estudos de regionalização.

1.7 - Investir prioritariamente em infra-estruturas, formação de pessoal e em melhoria das condições administrativas locais.

A Nível Estadual:

2.1 - Manter estudos atualizados sobre regionalização no Estado.

2.2 - Promover uma política de transportes e comunicações condizente com os esquemas de regionalização.

2.3 - Manter centros de assistência técnica capazes de atender as solicitações dos municípios ou de suas Associações e de Projetos (balcões de tecnologia).

2.4 - Promover estímulos financeiros às Associações que apresentarem planos mais harmoniosos.

2.5 - Promover políticas de melhor distribuição de energia de acordo com esquemas regionais.

2.6 - Colocar à disposição dos municípios e Associações os recursos humanos superiores que possui, firmando convênios



para estudos, pesquisas e execuções de planos nas áreas como as da agricultura, saúde, educação, urbanismo, transporte e infraestrutura.

2.7 — Fornecer créditos às Associações de Municípios para a execução de planos ou de projetos visando ao desenvolvimento econômico.

2.8 — Investir na infra-estrutura básica de saneamento de acordo com diretrizes do plano de regionalização.

2.9 — Estudar a elaboração de leis que facilitem a integração econômica de municípios de tal forma que eles sejam conduzidos a uma "industrialização associada".

#### A Nível Federal:

3.1 — Estudar a elaboração de leis que facilitem a integração econômica de municípios de tal forma que eles sejam conduzidos a uma "industrialização associada".

3.2 — Estudar formas de repartição do produto dos impostos decorrentes da "industrialização associada", entre os municípios participantes de convênio de associação.

3.3 — Fornecer dados e preparar planos que traduzam suas políticas maiores (como o PND) em termos de regiões e sub-regiões.

3.4 — Alocar recursos na área de transporte e de fornecimento de energia, de acordo com as políticas definidas para a regionalização, racionalização e sub-racionalização, considerando que estes são os insumos básicos para o desenvolvimento da economia.

#### IV — Condições Sanitárias nos Municípios.

— Considerando os altos índices de mortalidade e morbidade de prevalentes na maior parte dos municípios do Paraná;

Considerando, que tais índices decorrem, fundamentalmente, da existência endêmica ou epidêmica de doenças infecciosas, frequentemente evitáveis por imunização ativa e educação sanitária.

Os prefeitos dos municípios do Estado do Paraná, sugerem:

1) Que os órgãos competentes equacionem um plano global de atendimento médico-sanitário, com o estabelecimento de unidades regionais de atendimento ambulatorial e nosocominal, capazes de permitir o tratamento na região do domicílio, sem o agravante das migrações, desencadeantes de graves problemas sociais;

2) que se estimule a formação de pessoal para-médico, capaz de, além da complementação das equipes de atividades compatíveis com sua formação, permitindo ampliar o volume e a abrangência do atendimento;

3) que se implemente o entrosamento entre as atividades de educação sanitária e o currículo do 1º grau, de forma a obter, com a intensificação dessa atuação, a participação da comunidade, a maior retenção dos conteúdos e o consequente progresso sanitário.

Fóz do Iguaçu, Sala do Congresso, 23 de agosto de 75.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Termina de ler).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que tínhamos a registrar nesta tarde. Este importante documento será enviado oportunamente ao Governo Central e ao Governo Estadual com as reivindicações básicas realizadas no 1º Encontro de Prefeitos do Paraná.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de solicitar a esta Casa um voto de congratulações ao Prefeito Pinto Dias, Presidente da Associação de Prefeitos do Paraná, bem como aos demais presidentes de Comissões porque foi graças a esse trabalho espetacular que houve o sucesso magnífico desse 1º Encontro de Prefeitos em Fóz do Iguaçu. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário, dos ilustres visitantes Sr. FRANCISCO LEITE CHAVES, Senador pelo Paraná, que se faz acompanhar do Sr. SEVERINO CAVALCANTI DE MORAES 1º Gerente do Banco do Brasil em Brasília.

Usando de suas prerrogativas regimentais, esta Presidência suspende a sessão por 5 minutos, a fim de que os Srs. parlamentares possam cumprimentar os ilustres visitantes.

(É suspensa a sessão por 5 minutos).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Dou a palavra, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lembrando que resta o tempo de sete minutos e meio.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente. Srs. Deputados

Trago hoje a esta Casa um assunto de relevante importância para o Estado do Paraná. Poderia dizer, Sr. Presidente. Srs. Deputados, que foi com surpresa que nós lemos uma nota do Presidente do IBC sobre a nossa cafeicultura e a paulista; poderia dizer que é com surpresa mas nós que já conhecemos os atos que vem praticando, o Presidente do IBC, frente aquele Instituto, não poderíamos nos surpreender. A nossa cafeicultura vem sendo prejudicada há muitos anos, desde o Governo Getúlio Vargas. Nós tivemos conhecimento da queima do café no Governo Castelo Branco, o grande governo municipalista, nós tivemos conhecimento dos crimes e falhas praticadas contra a nossa cafeicultura com a erradicação indiscriminada. Há pouco tempo, menos de três anos, ocupamos a tribuna quando se fazia o plano de replantio de nossa cafeicultura de maneira indiscriminada. Víamos aventureiros adquirirem terras baixas e a preço mais acessível, para conseguir financiamento, junto ao Banco do Brasil e Banco Central para plantio do café, quando deveria ter feito um plano para beneficiar os tradicionais cafeicultores. Agora nós, Sr. Presidente, tomamos conhecimento da declaração do Presidente do IBC, a declaração feita na Assembléia Legislativa de Salvador, em que diz ele que o Paraná e S. Paulo têm terras férteis e que deveriam ser aproveitadas no replantio de trigo, porque o Brasil tem arcado com grandes despesas na importação deste produto e reservar para plantar café no Norte do País. Nada entendo de café e aqui estou dando uma demonstração de que não entendo, mas muitos dizem que é um grande comerciante que saberia entabular os negócios do exterior.

Mas nós estamos vendo que é preciso que haja um paradeiro nestas falhas que vêm cometendo-se; nós sabemos que para plantar café é preciso ver o clima, é preciso ver a altitude, é preciso ver a qualidade da terra porque os insumos já consomem com todo o lucro do café.

Sabemos que algum lugar precisa até de irrigação para que o plantio seja bem sucedido. Mas nós sabemos, Sr. Presidente, que o pouco tempo que nos resta, antes de fazermos algum comentário, vou passar a ler um requerimento, que vou encaminhar à mesa, e peço o apoio dos Srs. Deputados. Dos deputados, que conhecem a nossa produção e que sabem que o Paraná começou a desenvolver foi quando nós começamos a produzir café. No Paraná, se fizemos um levantamento de vinte anos para cá, a nossa produção de café com toda geada, produziu mais que qualquer outro Estado.

E vamos falar então, no Estado de S. Paulo, que também, já foi um dos maiores produtores de café, por que abandonar estes dois Estados?

É este Srs. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que passamos a ler: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, fez na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, declarações onde afirma que a plantação de café no Sul do País foi o maior erro da agricultura brasileira. Disse mais, que os cafezais de S. Paulo e Paraná ocupam terras férteis que deveriam ser aproveitadas em culturas como a do trigo que consomem grandes divisas em suas importações.

Nestas condições, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o plenário, espera sejam encaminhadas àquela autoridade, bem como aos Srs. Ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio, a manifestação mais

incisiva de repúdio e protesto às impensadas afirmações do Sr. Camilo Calazans, pois entendemos que o Paraná vem demonstrando, inequivocamente, há mais de trinta anos, que a sua cafeicultura é da maior rentabilidade e viabilidade e que o fenômeno climático da geada é fato inexpressivo, considerando-se a importância do seu contexto econômico e social na realidade brasileira.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975."

Era o requerimento.

Nós precisamos protestar e fazer um apelo ao Sr. Presidente e ao Sr. Ministro da Agricultura, que tome as devidas providências principalmente no Norte do Paraná, onde predomina o minifúndio.

Nós fazemos isso com independência, com a responsabilidade que temos. Nós que conhecemos a lavoura cafeeira no Paraná, nós que vivemos no Norte do Paraná há mais de vinte anos, não poderemos ficar omissos depois de uma declaração como esta. É preciso que o Presidente do IBC tome consciência da necessidade de uma melhor averiguação. Porque o julgamento precisa fazer com conhecimento; que os técnicos do IBC, nós sabemos, aqueles que conhecem e têm acompanhado o desenvolvimento de nossa cafeicultura poderão bem informar. Nós sabemos das dificuldades que temos passado durante todos estes anos, mas nós sabemos que muitas famílias vieram de Minas e S. Paulo, e chegando aqui no Paraná, recebiam, como se dizia lá no interior, o mato em pé e a água no córrego, por seis anos, para entregar o cafezal formado.

Enfrentaram todas essas dificuldades, enfrentaram as geadas que já passaram, e estão prontos a recuperar a nossa cafeicultura.

Mas, é preciso que se faça, no Paraná, um levantamento das localidades que têm condições para o plantio do café, e incentivar, nessas localidades, a sua produção. Porque, o que pedimos não é favor, é uma devolução daquilo que a nossa cafeicultura já deu ao Brasil, já ofereceu a maior fonte de divisas com o confisco cambial, que nos devolvam um pouco, dando-nos condições de reformular a nossa cafeicultura paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 127/74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), com sede na cidade de Ponta Grossa.

**Parecer favorável da C.C.F. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 147/74, de autoria do Dep. Odilon Renhardt, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, em Santa Cruz, município de Catanduvas.

**Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 53/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 119/75, que aprova o Termo aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de Planejamento.

**Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 23/75, de autoria do Dep. José Antonio Del Ciel, que autoriza o Poder Executivo

permutar terreno de propriedade do Estado do Paraná, por áreas de terras de propriedade do município de Londrina conforme específica. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 23/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º — É o Executivo Estadual autorizado a dar em permuta, por 8 (oito) áreas de terras de propriedade do Município de Londrina, medindo aproximadamente 22.343,23 m<sup>2</sup>, um terreno de propriedade do Estado do Paraná, medindo cerca de 23.206,56 metros quadrados, destacado do lote n. 139, da Gleba Patrimônio de Londrina, situado no mesmo município.

Art. 2º — As áreas de terras a serem incorporadas ao patrimônio do Estado, por força da permuta de que trata a presente lei, são as seguintes:

- a) área de aproximadamente 1.250,00 metros quadrados, destacada do lote 117, da Gleba Patrimônio de Londrina, ocupada pelo Grupo Escolar Arthur Thomas;
- b) área de aproximadamente 1.293,73 metros quadrados, situada na quadra "D", do Patrimônio da Warta, ocupada pelo Grupo Escolar Eduardo Cebulski;
- c— área de aproximadamente 2.300,00 metros quadrados, na quadra situada 25, da Vila Casnie, ocupada pelo Grupo Escolar Willie Davis;
- d) data de terras n. 1, da quadra "C", da Vila Mendonça medindo aproximadamente 2.000,00 metros quadrados ocupada pelo Grupo Escolar Nilo Peçanha;
- e) área de aproximadamente 2.000,00 metros quadrados, situada na Vila Recreio, ocupada pelo Grupo Escolar Tiradentes;
- f) datas sob nºs 13,14,15,16 e 17 da quadra, 10, do Bairro Boa Vista (4ª secção), medindo aproximadamente 1.931,10 metros quadrados, ocupadas pelo Grupo Escolar Machado de Assis;
- g) área de aproximadamente 3.600,00 metros quadrados, situada na quadra 12, de Patrimônio de Irerê, ocupada pelo Grupo Escolar Clívio Nusse;
- h) área de aproximadamente 1.734,51 metros quadrados, situada no Jardim Petrópolis, ocupada pelo Grupo Escolar Barão do Rio Branco;
- i) data n. 1, da quadra n. 2, do Patrimônio de Tamarana medindo aproximadamente 3.500,60 metros quadrados, ocupada pelo Grupo Escolar de Tamarana (antigo);
- j) área de aproximadamente 2.733,63 metros quadrados, situada no Jardim Paulista, ocupada pelo Grupo Escolar Dr. Eurides Cunha.

Art. 3º — A permuta de que trata esta lei será efetuada sem diferença de preços.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 1º de março de 1975.

a) DEL CIEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo o Governo do Estado do Paraná Edificado Estabelecimentos de Ensino Estaduais em áreas de terras de propriedade do Município de Londrina, assim como, o município promovido a construção de uma Praça Esportiva Municipal em terreno de propriedade do Estado, buscamos a autorização dessa Casa Legislativa para a legalização da situação que tem criado os mais variados problemas para o Estado e Município que mantem a posse das áreas irregularmente.

Se como legisladores condenamos os chefes do Poder Executivo que exorbitam no desempenho de suas funções, por outro lado, somos levados a reconhecer que a educação e a saúde do povo são fatores que justificam uma possível precipitação dos Executivos que na busca de soluções acabam gerando casos como o ora apresentado aos nobres Deputados.

Sem nenhuma dúvida os propósitos do Estado e Município foram louváveis, assim como, valorosos e de grande interesse público a destinação e utilização das áreas de terras por ambos os Executivos.

Como a medida saneadora que se apresenta é a permuta das áreas de terras, elaboramos o presente Projeto de Lei, para que de posse de autorização legislativa, o Estado do Paraná e o Município de Londrina, expõem as escrituras e procedam a incorporação das respectivas áreas de terras a seus Patrimônios.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 23/75

De autoria do ilustre Deputado José Antonio Del Ciel, o plano de Lei em tela autoriza o Poder Executivo a permutar terreno de propriedade do Estado, por área de terras da propriedade do Município de Londrina, conforme especifica.

A justificação apresentada pelo autor da matéria é convincente e o Projeto é legal, por isso o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO – Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES – Relator.

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 23/75

O Projeto de Lei nº 23/75, de autoria do Deputado Del Ciel, visa autorizar o Poder Executivo a permutar terreno de propriedade do Município de Londrina, conforme especifica.

No âmbito desta Comissão, entendo que o Projeto está em condições de ser aprovado.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1975.

aa) EGON PUDELL – Presidente

JOÃO CIONI NETO – Relator.

Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL – (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei nº 23/75, de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, visa dar uma autorização ao Poder Executivo para permuta de um terreno de propriedade do Estado do Paraná, com área de terras de propriedade do município de Londrina, cujas áreas de terras estão devidamente especificadas no plano de Lei.

É preciso que aqui se diga, de início, que áreas de terra que pertencem ao Estado do Paraná, e que estão sendo pretendida neste plano de lei, nada mais é do que área de terra destinada a construção do Colégio Estadual Ríjio, na cidade de Londrina. Ali foi construído esse Colégio Estadual, através da FUNDEPAR, ainda faltando a construção de uma de suas partes. Na parte dos fundos do Colégio, através da própria Associação de Pais e Mestres daquele estabelecimento, foram construídas as quadras de esporte, dando assim condições de pleno funcionamento aquele estabelecimento de ensino.

Ocorre que na ocasião em que o Prefeito de Londrina, ora Sr. Dalton Paranaguá, naquela área dos fundos foi construído o ginásio de esportes.

Mais tarde, através de um expediente, tomamos conhecimento que a Prefeitura Municipal de Londrina solicitava a per-

muta daquela área ocupada pelo ginásio de esportes, a permuta por áreas onde se encontravam funcionando grupos escolares, funcionando através do próprio Estado do Paraná.

Mas devo dizer que o plano inicial, que partindo da Prefeitura Municipal de Londrina, estabelecia um corte de tal forma violento contra o Colégio Estadual Vicente Ríjio ao ponto de, inclusive, quase não permitir que o Colégio tivesse área para que ali pudessem funcionar suas praças esportivas, suas quadras, enfim, todo setor de recreação e ginástica.

Tomamos providências e estamos acompanhando o processamento dessa possível permuta há muito tempo. Tivemos contato com o Sr. Secretário do Interior, com o Sr. Secretário da Fazenda e com o Sr. Governador. Aqui estivemos acompanhando uma Comissão muito grande de professores do próprio Colégio Estadual Vicente Ríjio, professores que estavam, inclusive, revoltados com o propósito da então Prefeitura de Londrina, pretendendo obter, além da área exclusiva onde se encontra o Ginásio, ainda mais uma porção de terra, de modo a impedir que o Colégio pudesse efetivamente desenvolver suas atividades em todos os sentidos. Conseguimos junto à Secretaria do Interior, para que seu Departamento apropriado fizesse estudos e conseguisse uma forma de deslocar uma área que pudesse atender às necessidades do Ginásio de esportes.

Isso foi feito dentro da própria Secretaria do Interior, já há projeto devidamente estudado, aprovado, e o próprio Governador está preparando mensagem para encaminhar a esta Casa Legislativa, solicitando autorização para essa permuta. Mas é bom que se diga que o terreno que aqui está sendo oferecido pela Prefeitura, não vale um décimo daquela área de terra que se pretende permutar.

Devo dizer que acho perfeitamente válida a iniciativa da permuta, porque já existe um ginásio de esportes, todavia contíguo, tanto é verdade que já confessei, que há muito tempo estou empenhado nessa luta pela permuta. Mas, em princípio me parece que a metragem não seria essa, a metragem que seria bem inferior, apenas e tão somente asseguro que o ginásio de esportes tivesse seu terreno permutado com o município de Londrina.

Porém, parece-me que uma área superior poderá trazer gravíssimos prejuízos ao estabelecimento de ensino que ali se encontra localizado.

Como se trata de 1ª discussão, votarei favoravelmente à matéria, reservando-me o direito de voltar na próxima discussão, trazendo todos os detalhes a respeito do assunto, com ressalvas ao mérito e razões do Projeto de Lei Nº 23/75.

Apenas essa ressalva, dizendo que, hoje, nossa posição será favorável. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Continua em discussão o Projeto de Lei nº 23/75. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – (Pela Ordem) Sr. Presidente – requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – Deferido o pedido, o Sr. 1º Secretário fará chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há número legal para prosseguimento da sessão e consequente votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – (Pela Ordem).

Sr. Presidente, o apelo que faço a V. Exa. é no sentido de solicitar aos Srs. Deputados que se encontram sentados nas laterais, que tomem assento nos verdadeiros lugares para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE – Atendendo a solicitação do Sr. Deputado Domício Scaramella, solicito aos Srs. Deputados que se

encontram sentados nas laterais que tomem assento neste plenário.

Em votação o Projeto de Lei nº 23/75.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – (Pela Ordem).

Sr. Presidente, solicito nova chamada nominal dos Srs. Deputados, uma vez que os Srs. Deputados que não se encontram sentados no recinto, são considerados ausentes.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência indefere o requerimento do nobre Deputado, uma vez que, durante a chamada nominal, os Srs. Deputados que se encontram sentados nas laterais foram dados como presentes. Em votação o Projeto de Lei nº 23/75. – **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Américo Seneguin, ocorrido na cidade de Santo Inácio. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gerônimo Turcatto, ocorrido na cidade de Mal. Cândido Rondon. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Marchiori, ocorrido em Apucarana. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Cultura e Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja estudada a possibilidade da construção de prédio escolar de 6 (seis) salas de aula no distrito de Maripá, município de Palotina. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, visando a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, no município de Campina da Lagoa. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que determine a volta das equipes de aplicadores de injeção do INPS. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam implantados nos chamados municípios Polos, unidades da Corporação Militar que preside a atividade do Corpo de Bombeiros, verdadeiramente equipados para atender não somente aos referidos municípios, como também às unidades municipais, integrantes da Micro-Região. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja protocolado no Congresso Nacional e nos Ministérios de Planejamento e Previdência Social, reivindicação desta Casa, no sentido de que a fixação das responsabilidades dos municípios para com o INPS, seja apenas oito por cento, recolhidos pelos servidores, ficando os municípios isentos de sua contribuição na qualidade de empregador. – Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo,

constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, contendo reivindicações desta Casa, no sentido de que dispensem de comprovação os financiamentos e empréstimos que se destinarem aos municípios para aquisição de áreas, execução de projetos, implantação e implementação dos distritos industriais. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministério da Saúde e ao Governo do Estado, reivindicando a celebração de convênios justos e legítimos entre os Governos Federal e Estadual, com as micro-regiões homogêneas do Estado, possam instalar as suas Secretarias de Saúde. – Em discussão.

O SR. BASILIO ZANUSSO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, contendo sugestões com referência ao sistema assistencial do IPE, no sentido de que sejam procedidos estudos a fim de que se elabore uma tabela de reembolso, e celebre convênio com os Institutos de Previdência de outros Estados, assegurando assistência recíproca aos funcionários que venham dela necessitar. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, sugerindo que, em caráter excepcional a CTRIN, receba trigo da presente safra com o peso hectolítrico inferior a 65. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Pinto Dias, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, bem como aos Presidentes das Micro-regiões, pela organização e sucesso alcançado no Primeiro Congresso de Prefeitos do Estado. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, objetivando a concessão de uma viatura, para os serviços da Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a interferência, para esclarecimento do crime de homicídio de que foi vítima o Bel. Aloisio Henriques, na cidade de Pato Branco. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Coordenador Regional do INCRA no Paraná, no sentido de que o referido instituto passe a intervir diretamente sobre o imóvel Chopinzinho, Colônia Baía - Gleba 1, procedendo a titulação e resguardando o direito dos posseiros. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expediente aos Srs. Presidentes do IBC, Ministros de Agricultura e da Indústria e Comércio, contendo a manifestação mais incisiva de repúdio e protesto às impensadas afirmações do Presidente do IBC, quando na Assembléia Legislativa, do Estado da Bahia, referiu-se ao plantio do café no Estado de São Paulo e Paraná. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao Senado e Câmara dos Deputados, e ao Sr. Deputado Fernando Gama, autor da iniciativa pela aprovação do nome "Presidente Getúlio Vargas" à Refinaria de Petróleo de Araucária. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão

adiada, solicitando sejam oficiados aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura, no sentido de que seja determinado aos órgãos competentes a suspensão do abate de equinos e muares no território nacional. — Em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento do Deputado Ernesto Gnoato, no sentido de que seja suspenso o abate de equinos e muares, através a interdição ou fechamento dos matadouros me pareceu, pela justificativa, insuficiente, porque se razões existem gostaríamos de ser cientificados.

Porque, em princípio, este tipo de abate de equinos e muares no Paraná, não só me parece, mas posso afirmar, trouxe uma grande contribuição para a economia do Paraná e sobretudo, justamente onde o nobre Deputado insinua uma atuação perniciosa eu asseguro que foi um benefício aos menos favorecidos, aos nossos mais humildes, que têm como meio de tração, o lombo dos muares e dos equinos. Ali é que nós, analisando o conteúdo e o pretendido no requerimento, como pertencentes a essa gama de pequenos proprietários de terras e que necessitam, em zona montanhosa, do emprego de equinos e muares, sentimos que trouxe a implantação deste sistema, o proveitamento de equinos e muares para a matança, uma única forma de aproveitamento de um tipo de matéria prima, até então não utilizada.

Porque os equinos e muares, inseridos nas fazendas e nos sítios, entre os inservíveis, não só acusam aos seus proprietários um drama emocional, como também um drama econômico, porque tendo servido a esta família durante algum tempo, a mesma se vê na obrigação de manter este animal bem tratado, até que, por um acidente ou pela idade, venha a falecer, não sendo aproveitado para nada.

Hoje, há uma corrida no mercado de animais sem aproveitamento para serviço, animais que não têm mais aplicação na lavoura, nas zonas, mecanização não é possível.

E mais ainda, esta exploração hoje na produção de muares e equinos veio a incentivar os produtores. Hoje apenas se pensa em criar mais equinos, hoje se pensa em criar mais muares, em regiões onde o gado não é possível ser explorado. Então, eu não vejo porque o encaminhamento de um ofício desta natureza, cujo sentido está totalmente avesso à realidade paranaense, pelo menos, na sua justificativa.

E eu pediria ao nobre autor do requerimento que reformulasse o seu pretendido, ou que nos trouxesse razões maiores hoje porque, ainda neste final de semana, presenciei um comércio que houve no município de Bocaiúva do Sul, mais particularmente para testemunho no distrito de Tunas, a corrida de pequenos lavradores, justamente desses que foram anunciados como prejudicados, a corrida deles para o mercado deste tipo de animal, como sendo uma fonte de renda.

Se nós trouxéssemos para o levantamento da opinião desses pequenos agricultores, que utilizam muares e equinos, nós haveríamos de concluir em sentido contrário do espírito do seu requerimento. Então, pediria ao nobre Deputado, para que nós não tivéssemos de pronunciarmos em sentido contrário, que nós trouxesse razões maiores para apreciar a matéria, ou que reformulasse o seu pedido porque, absolutamente, vai de encontro à realidade paranaense e as necessidades daqueles que constam como beneficiados no seu requerimento.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento encaminhado a esta Presidência, discutido pelo nobre Deputado Quielse Crisóstomo, e ele discutiu o referido requerimento porque ele nunca viu a matança de animais. Porque o dia em que ele for a um frigorífico e ver com seus olhos a matança de equinos ele virá à tribuna para votar meu requerimento.

Lá não se escolhe idade nem raça, os equinos do Paraná estão destinados. O paranaense está buscando equinos em Mato Grosso, por isso eu peço às bancadas da Arena e do MDB, que votem meu requerimento.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal para verificar a existência de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum. (É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão. Continue em discussão o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a retirada do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato será retirado da Ordem do Dia.

Esta Presidência tem o prazer de registrar as presenças honrosas, neste plenário, do Sr. Prefeito de Santa Izabel do Ivaí e do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente, somente para agradecer a compreensão do autor do requerimento que entendeu nossos argumentos. E para que não perdêssemos a oportunidade de dizer que a nossa posição não seria outra a não ser a de vir de encontro aos interesses pretendidos pelo nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 53/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/75

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 47/75.

Fica marcado ainda, uma sessão extraordinária para amanhã, dia 26, terça-feira, às 14:00 hrs, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 605/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6989/75, de 10 de julho de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — retificar o Decreto Legislativo nº 545/69, de 23 de outubro de 1969, que o tempo de três (03) anos, nove (09) meses e (11) dias, compreendido entre 14 de junho de 1950 e 25 de março de 1954, em que JOSÉ SUPPLY DE LACERDA, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Cirurgia Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou à Caixa Econômica Federal, é contado para todos os efeitos legais e não como consta naquele Ato; e,

II — conceder, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 1970, o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 23 de janeiro de 1972, data em que completou

quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

PORTARIA Nº 444/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7951, de 12 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MARLI ALVES POLI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, até 31 de dezembro de 1975. –

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 445/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7952/75 de 12 de agosto de 1975, deste Poder

R E S O L V E:

designar, SAMOEL UEHBE KARUTA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JORGE SATO, até 31 de dezembro de 1975. –

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 447/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7826, de 7 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, LIZETE BITTENCOURT, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis e sessenta e sete por cento, de seus vencimentos, perfazendo o teto máximo previsto pelo parágrafo 1º, do Art. 176, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1º de agosto de 1975. –

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 442/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7949, de 12 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, NILCE POLI MILANI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO, até 31 de

dezembro de 1975. –

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 449/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8137, de 18 de agosto de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários FLODOALDO TRINDADE, Médico, JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, Oficial de Serviços Gerais, nível PL-23, MUSSA JOSÉ ASSIS, Secretário de Comissão, RENATO EUGENIO REBELLO SCHAITZA, Secretário de Comissão e WALTER JOSÉ PEIXER, Técnico de Administração nível PL-28 e pela Portaria nº 233/75, a JANET DA SILVA SANTOS, Oficial de Administração, nível PL-23, e JOSÉ TARQUINIO ISFER, Auxiliar Técnico nível PL-28, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 450/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7662, de 05 de agosto de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

revogar a partir de 14 de agosto de 1975, o Art. 2º da Portaria 399/75, que designa YEDA BARBOSA ALVES MENDONÇA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado WERNER WANDERER.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 453/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8223, de 19 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a ALAIDE MARIA LOFFAGEN LUZ, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 454/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8083, de 14 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a Portaria nº 274/75, de 03 de junho de 1975, que designa ANTONIO BRAVO, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral